

A memória reconstruída: a voz feminina em Beatriz Bracher

Gabrielle Paulanti

Resumo

Este artigo debruça-se sobre a Memória e a sua relação com a Literatura de voz feminina no romance *Azul de Dura* (2002) de Beatriz Bracher. Tal aproximação se justifica identificando Memória e Literatura como duas manifestações sociais, ou seja, o meio social não apenas influencia, mas é meio gerador. Essa perspectiva pretende deter-se nas questões referentes à sociedade patriarcal que oprime a expressão e a voz feminina e a deixa alijada do processo de sujeito da História.

Introdução teórica

Para aproximar a Literatura – que pertence ao campo da Arte – e a Memória – que é um fenômeno psicossocial – é necessário achar o viés que as une e esse ponto de confluência passa pelos estudos sociológicos, tão importantes para ambos. De início, buscamos em *Notas de Teoria Literária* de Afrânio Coutinho a base para dizer que Literatura é “parte da vida (...). Através das obras literárias, tomamos contato com a vida, nas suas verdades eternas, comuns a todos os homens e lugares, porque são as verdades da mesma condição humana”. Porém, a definição de Coutinho encontra complementaridade fundamental, pensando a perspectiva social como elemento central, com a visão mais atual de Terry Eagleton em *Teoria da Literatura – Uma introdução*, onde as reflexões do autor nos levam a pensar a Literatura não como uma categoria fechada e definível, mas que “os juízos de valor que a constituem são historicamente variáveis, mas que esses juízos tem, eles próprios, uma estreita relação com as ideologias sociais” (p.24).

A Literatura, por seu caráter inventivo e independente, recria novas realidades através de sua matéria-prima: a Linguagem. Na perspectiva do sociólogo Maurice Halbwachs, de orientação durkheimiana, “(o)s homens, que vivem em sociedade, usam palavras, cujo sentido

compreendem: é a condição do pensamento coletivo. Ora, cada palavra se faz acompanhar de lembranças; e não há lembranças a que não pudéssemos fazer corresponder palavras”. Assim, as lembranças estão ligadas diretamente ao convívio social, com a maneira como nos relacionamos com os agrupamentos sociais e a linguagem que permeia essas relações. O ato de narrar é um socializador e, ao mesmo tempo, um construtor da Memória.

Em consonância, para Vigotski, a verdadeira essência da memória humana “está no fato de os seres humanos serem capazes de lembrar ativamente com a ajuda de signos” (p.50), desse modo, a narrativa como sistema de signos (imbuídos de significante e significado) corrobora com a perspectiva da Linguagem como construção da própria lembrança. Ou seja, ao narrar, não apenas se rememora objetivamente acontecimentos passados, mas criam-se novos campos de significação para a memória.

Ecléa Bosi também parte da perspectiva de Halbwachs em *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, em um estudo da memória a partir de narrativas de pessoas idosas. Essa obra é importante, pois, apesar de não ser uma obra literária e usar relatos empíricos, tais relatos levam a uma reflexão consistente de como as narrativas de memória se fundam nas funções e perspectivas sociais. Nessa obra, podemos perceber que as narrativas vão, de certa maneira, se entrecruzando e incorporando elementos comuns em razão de terem sido afetadas pelas mesmas conjunturas sociais. Para ela, a lembrança “é uma imagem construída pelos materiais que estão agora à nossa disposição” (p.407), logo, as influências presentes, ligadas ao meio social, são definitivas para a construção de uma narrativa de memória. Por esse olhar, a memória não será encarada de forma puramente orgânica, mas os meios sociais como a família e os diversos grupos de relacionamento são determinantes na sua constituição.

Ao aproximarmos a Literatura da Memória nessa perspectiva, é necessário pensar a análise e a crítica literária. Para tal, Antônio Cândido em *Literatura e Sociedade* esclarece que “(q)uando fazemos uma análise desse tipo (literária), podemos dizer que levamos em conta o elemento social, não exteriormente, como referência que permite identificar, na matéria do livro, a expressão de uma certa época ou de uma sociedade determinada; nem como enquadramento, que permite situá-lo historicamente; mas como fator da própria construção artística, estudado no nível explicativo e não ilustrativo” (p.16-17). Assim, a Literatura, como a Memória, não são encaradas de modo a ignorar o fator social que as permeia.

Será através do processo dialético, no qual lembrando se constroem narrativas e ao narrar se constrói as lembranças, que Halbwachs identifica a constituição das tradições. Ou seja, as memórias construídas socialmente e que constituem um caráter de permanência através dos contratos sociais estabelecem “regras de convívio” que envolvem a moral e os costumes de um

grupo. Nesse processo, as narrativas de memória são formadoras das tradições, que traria coesão a um grupo, uniformizando e dando à memória individual um caráter de “ponto de vista da memória coletiva” (HALBWACHS, 1968), gerando categorias de identidade, pertencimento e legitimidade. Tal proposição nos interessa no sentido de compreender as memórias da sociedade dominante em detrimento às memórias dos seguimentos minoritários e dominados. O sociólogo Michael Pollak faz uma releitura de Halbwachs trazendo à tona um sentido também “destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva”, pois se cria uma “memória oficial” e outras “proibidas”, “clandestinas” (Pollak, 1989). Nessa contraposição, a memória entra em disputa e Pollak identifica a função do “não-dito”, ou seja, as memórias que resistem à força da memória oficial através de formas de resguardo paralelas, como a família e as pequenas associações, a espera do momento em que possam vir a tona e representarem “os gritos da contraviolência”. Apesar de Pollak tratar, na maior parte das vezes, da memória coletiva nacional e da história oficial de um país, suas proposições enquadram-se também na formação das tradições da sociedade, como o patriarcalismo.

A Literatura, assim como a Memória, é fruto de edição. Ecléa Bosi resume dizendo que “memória é trabalho” (p.55), assim como já se desmistificou há algum tempo a Literatura fruto unicamente de “inspiração” ou algo que valha. Nessa aproximação, podemos ter também a perspectiva da memória como esquecimento, selecionando apenas o essencial, o importante, e apagando o desnecessário. Nesse caminho, o meio social tem papel fundamental, interferindo diretamente nesse processo de “seleção natural”.

A reconstrução da Memória em *Azul e Dura* de Beatriz Bracher

Azul e Dura, romance de estréia de Beatriz Bracher, divide-se entre a rememoração direta da personagem-narradora através de antigas anotações, e momentos de construção e reflexão dessa rememoração. O romance representa a formalização da memória, considerando que está circunscrita à sociedade patriarcal brasileira e está expressa como matéria reelaborada na obra escolhida. Memória é o tema e não a justificativa nem o caminho para uma outra coisa. Em Bracher, a Memória é o tempo todo uma matéria a ser moldada, um objeto que a narradora trabalha, gerando conflitos e impossibilidades que se refletem na forma literária. O que se configura nesse romance é uma tentativa de “reconstrução” da memória, marcada de maneira central por um acontecimento trágico, o atropelamento da menina Nicole.

Ao observarmos com mais esmero tal marco no romance, podemos identificar reminiscências da opressão sofrida pelas mulheres descrita em diversas publicações pela historiadora francesa Michelle Perrot. A “personagem-vítima” pode ser vista como representação metafórica da necessidade (e até incumbência) do narrar feminino lutando contra a impossibilidade de voz de uma categoria – como diz Perrot – “destinada ao silêncio”. A Memória é o espaço feminino, pois representa a continuidade, constituída socialmente, logo em constante movimento e transformação; ao passo que a História cabe à sociedade patriarcal e dominante, pois é o campo onde se formalizam as lembranças, aquilo que é selecionado racionalmente para legitimação. Em Bracher, o espaço da narrativa é o ambiente familiar, no qual, segundo Perrot, é o espaço da mulher, pois os espaços públicos são destinados aos homens, à sociedade patriarcal. É no lar, no ambiente caseiro (na convivência com os familiares e os amigos próximos da família) que a mulher constrói seu próprio mundo – aquele que lhe é permitido – e não é por acaso que, metonimicamente, os elementos que trazem as reminiscências da memória são os objetos caseiros, a configuração do lar, as roupas, etc. Em *Azul e Dura*, isso fica claro logo no primeiro capítulo quando a narradora diz “(e) nesse futuro inevitável, que memórias se terão grudado às roupas e aos livros para que eles tenham que ser novamente jogados fora?” (p.9).

A linguagem é vista como um desafio no romance e aquele que tem direito à voz e a comunicação é todo o tempo valorizado. Nicole, a menina atropelada de *Azul e Dura*, é aquela que não tem direito à voz e também o avô “ficava orgulhosíssimo com qualquer balbúcio” (p.70). O relato das memórias é fruto de uma necessidade do indivíduo de construção da sua própria biografia, de um “desejo de explicação”, como diz Ecléa Bosi em *Memória e Sociedade: lembrança de velhos* (1994). Assim, a construção do discurso de memória, na qual a memória do indivíduo se confunde com a memória do grupo, é o que forma as tradições, proporcionando assim uma legitimidade dos relatos.

No romance há a presença de um irmão eclipsado, Mariana tem dois irmãos que ela apenas cita a existência quando diz “(t)enho dois irmãos e não falei deles. Provavelmente não falarei. Há muitas coisas que nem omitindo o nome eu consigo contar” (p.142-143). Esse trecho talvez seja elucidativo como capacidade de edição da memória, onde não só é importante o que fica, mas também aquilo que causa sofrimento e desconforto é apagado.

A personagem Nicole em *Azul e Dura* representa o esquecimento, a história não contada dos vencidos (BENJAMIN, 1985). A família humilde de Nicole representa aqueles que tem seus destinos definidos e não os definidores, pois são dominados em uma sociedade que quem escreve a história é a classe dominante, aquela que detém o capital, o poder e as influências. Na narrativa, em momento algum fica claro o que realmente aconteceu no acidente de Nicole (pois

sabemos do acontecimento através das memórias confusas da narradora), porém isso não faz diferença no parecer da Justiça, pois Mariana faz parte da classe dominante, logo a sua inocência era esperada pelos representantes de sua classe.

Deparamo-nos o tempo inteiro com um relato de memória de uma personagem de dentro da classe dominante e a crise interna enfrentada por ela lidando com a tentativa frustrada de rememoração da sua própria vida, desencadeada pela tentativa de rememoração do acidente em que estava envolvida. Mariana entra em crise, gera em si um sentimento de culpa, ao ir percebendo o papel da classe em que está, a que faz as regras, a que manipula a justiça, que escreve a História. Ao lembrar, a narradora vai se dando conta de como lidou o tempo todo com essa realidade e como foi incorporando o discurso de classe, ligada ao dinheiro, ao longo de sua vida, visto o trecho “(d)epois deixou de importar se gostava ou não, aprendi, me pinteí, assenhorei-me, passou a ser eu” (p.53). Inevitavelmente Mariana é uma representante da classe dominante e, também por isso, ainda mais fortemente inserida em uma sociedade patriarcal, logo seu papel e suas funções como mulher são estritamente pré-definidos, o que significa não ter voz e ter que representar o tempo todo o papel que lhe foi destinado: de senhoras que “(f)alavam da vida alheia – as mulheres, sempre elas, os homens discutiam o destino do país” (p.51).

Ecléa Bosi levanta o seguinte questionamento “Como salvar sua lembrança senão escrevendo sobre ela, fixando assim seus traços mais fugidios?” (p.411). O relato de memória é feito através de diários e cartas, formas de escrita íntimas e pessoais. Tal formato foi o destinado historicamente às mulheres, pois ao mesmo tempo em que serve como compensação do seu cerceamento social, é também registro íntimo da família. Esses registros representam as “memórias submersas” de Michael Pollak, que permanecem nos registros possíveis dos grupos oprimidos pelo relato oficial. Nos romances esse formato mostra-se insuficiente e até uma barreira para a expressão, pois aprisiona as narradoras em um universo familiar e submetido à sociedade patriarcal. Em Bracher, o formato de diários é uma simulação, uma metáfora, pois não há a linearidade esperada de registros pessoais feitos periodicamente, pois apresentam incompatibilidade nos acontecimentos e atemporalidades, ou seja, a narradora cria o simulacro dos diários, pois seria o único canal concedido a ela.

No romance, a escrita é aquilo que leva a narradora a uma existência, que dá às memórias fragmentadas e dilaceradas uma importância e um formato, por mais que sua reconstituição completa seja impossível. É única arma possível contra o esquecimento.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. "O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov". In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 7ª ed. Rio de Janeiro: BertrandBrasil, 2010.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

BRACHER, Beatriz. *Azul e Dura*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp. 2001.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 7ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2 vols, 1993.

_____. *Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

COUTINHO, Afrânio. *Notas de teoria literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

CUNHA, Helena Parente. Desafio da fala feminina ao falo falocêntrico. In: *Literatura e Feminismo: Propostas teóricas e reflexões críticas* / Cristina Ramalho (org.). Rio de Janeiro: Elo, 1999.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Trad. Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda/Vértice, 1990.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e impasses; o feminino como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, n.10, p.7-28, 1993.

PERROT, Michelle. “Práticas da memória feminina”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.9, n.18, ago-set, 1989, p. 09-18.

_____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudo Históricas*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p 3-15, 1989.

_____. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, p.200-212, 1992.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *Pensamento e Linguagem*. Trad. de Jéferson L. Camargos. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.